



# Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223 - 85.740 - Pérola D'Oeste - PR

LEI Nº 27/91

DATA: 13 de dezembro de 1991

**Súmula:** Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e cria o Conselho Municipal, Fundo Municipal e Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A Câmara de Vereadores de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

### TÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º. Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente e as normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art.2º. O atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Pérola D'Oeste será feito através de um conjunto de ações governamentais e não governamentais, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º. As ações a que se refere o "caput" deste artigo serão implementadas através de:

- I . Políticas sociais básicas;
- II . políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitarem;
- III. serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;



# **Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste**

## **ESTADO DO PARANÁ**

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223 - 85.740 - Pérola D'Oeste - PR

IV . serviço de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos;

V . proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

§ 1º. O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, para efeito de agilização, será efetuado de forma integrada entre órgãos dos poderes Públicos e a Comunidade.

Art.3º. Aos que dela necessitarem será prestada a assistência Social, em caráter supletivo.

Parágrafo único - É vedada a criação de programas de caráter compensatório da ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas no Município sem a prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

## **TÍTULO II**

### **POLÍTICA DE ATENDIMENTO**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art.4º. A Política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será garantida através das seguintes estruturas:

- I - Conselho e Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

###### **SEÇÃO I**

Da criação e natureza do Conselho



# Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223 - 85.740 - Pérola D'Oeste - PR

Art.5º. Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como órgão normativo, consultivo, deliberativo, controlador e fiscalizador das ações em todos os níveis, vinculado ao Departamento de Saúde e Bem Estar Social da estrutura organizacional do Governo Municipal.

### SEÇÃO II

#### DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art.6º. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I - Formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, a captação e a aplicação de recursos;
- II - Zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança, e dos bairros ou zona urbana ou rural em que se localizem;
- III - Formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do município, em tudo que se refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;
- IV - Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização das ações governamentais e não governamentais dirigidas à infância e à adolescência no âmbito do Município, que possam afetar as suas deliberações.
- V - Registrar as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente que mantenham programas de:
  - a. orientação e apoio sócio-familiar;
  - b. apoio sócio-educativo em meio aberto;



# Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223 - 85.740 - Pérola D'Oeste - PR

- c. colocação sócio-familiar;
- d. abrigo;
- e. liberdade assistida;
- f. semiliberdade;
- g. internação, fazendo cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente ( Lei Federal nº 8069).

VI - Fixar o número de Conselhos Tutelares a serem implantadas no Município.

VII - Regulamentar , organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e posse dos membros do Conselho, ou Conselhos Tutelares do Município.

VIII - Dar posse aos membros do Conselho Tutelar , conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo regulamento e declarar vago o posto por perca de mandato, nas hipóteses previstas nesta Lei.

IX - Propor Projeto de Lei sobre a remuneração ou não dos membros do (s) Conselho (s) Tutelar(s).

### SEÇÃO III

#### DA ESTRUTURA BÁSICA DO CONSELHO

Art.7º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é formado de 06 (seis) membros, evidenciados por notória honestidade e dedicação às causas sociais do Município, sendo composto paritariamente de:

- I - 03 (três) membros integrantes do sistema de Administração Pública, atuantes no Município, indicados pelos órgãos:
  - a. Departamento de Saúde e Bem Estar Social;
  - b. Departamento de Educação, Cultura e Esportes;
  - c. Departamento de Finanças.



# Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223 - 85.740 - Pérola D'Oeste - PR

II - 03 (três) membros indicados pelas seguintes organizações representativas da participação popular:

- a. Representante do Rotary Club;
- b. APMS;
- c. Associação de moradores.

Parágrafo único - A fim de assegurar continuidade nos trabalhos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para cada membro indicado será escolhido um suplente, para a vaga específica.

Art. 8º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente elegerá dentre os membros indicados, pelo quorum mínimo de 2/3, o Presidente e o Vice-Presidente.

Art. 9º. A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse Público relevante e não será remunerada.

### SEÇÃO IV

#### DO MANDATO DOS CONSELHEIROS

Art. 10º. Os Conselheiros terão mandato de 02 (dois) anos.

§ 1º - O mandato dos conselheiros indicados pelos órgãos Públicos será cumprido pelo Titular, que o perderá, automaticamente, ao deixar o cargo.

§ 2º - O mandato dos Conselheiros e respectivos suplentes, indicados pelas instituições não governamentais será de 02 (dois) anos permitida uma recondução por igual período.

§ 3º - Em caso de vaga, a nomeação do suplente será para completar o prazo do mandato do substituído.

§ 4º - O mandato dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será considerado extinto antes do término, nos seguintes casos:

- a. morte;
- b. renúncia;



# Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223 - 85.740 - Pérola D'Oeste - PR

- c. ausência injustificada por mais 05 (cinco) reuniões consecutivas;
- d. doença que exija o licenciamento por mais 02 (dois) anos;
- e. procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- f. condenação por crime comum ou de responsabilidade;
- g. mudanças de residência do Município.

### SEÇÃO V

#### DAS REUNIÕES

Art. 11º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente reunir-se-á na forma e periodicidade estabelecidas em Regimento Interno.

### SEÇÃO VI

#### DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Art. 12º. O Poder Público providenciará as condições materiais e os recursos necessários ao funcionamento do Conselho.

Parágrafo único - A forma de funcionamento, local, horário de trabalho e outras especificações, serão estabelecidos em regimento Interno.

### CAPÍTULO III

#### DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

#### SEÇÃO I

##### Da criação e natureza do Fundo

Art. 13º. Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente, como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual é vinculado.



# Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223 - 85.740 - Pérola D'Oeste - PR

### SEÇÃO II

#### DA CONSTITUIÇÃO E GERÊNCIA DO FUNDO

Art.14º. O Fundo se constitui de:

- a. Dotações Orçamentarias;
- b. Doações de entidades nacionais e internacionais governamentais voltadas para o atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- c. legados;
- d. Contribuições voluntárias;
- e. Os produtos das aplicações dos recursos dispo  
níveis ;
- f. O produto de vendas de materiais, publicações  
em eventos realizados.

Art.15. O Fundo será gerido pelo Conselho Municipal ficando o Poder Executivo Municipal, responsável pelas prestações de contas e apresentação de balanços, na forma estabelecida em Regulamento Interno.

### SEÇÃO III

#### DA COMPETÊNCIA DO FUNDO

Art.16. Compete ao Fundo Municipal:

- I - Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou pela União.
- II - Registrar os recursos captados pelo Município através de convênios, ou por doações ao Fundo
- III - Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- IV - Liberar os recursos a serem aplicados em benefício de crianças e adolescentes, nos termos



# Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223 - 85.740 - Pérola D'Oeste - PR

das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

V- Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do Adolescente, segundo as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### SEÇÃO I

#### DA CRIAÇÃO E NATUREZA DOS CONSELHOS

Art.17. Fica criado o Conselho Tutelar como órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos em Lei.

### SEÇÃO II

#### DOS MEMBROS E DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art.18.Cada Conselho Tutelar será composto de 05 (cinco) membros com mandato de 03 (três) anos, permitida uma reeleição.

Art.19.Para cada Conselheiro, haverá um suplente.

Art.20.Compete aos Conselhos Tutelares zelar pelo atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (título V).

### SEÇÃO III

#### DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

Art.21. São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

- I - reconhecida idoneidade moral;
- II - idade superior a 21 anos;
- III - residir no Município;
- IV - reconhecida experiência no trato com crianças e adolescentes;





# Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223 - 85.740 - Pérola D'Oeste - PR

Art.22. Os Conselheiros serão eleitos pelo voto facultativo dos cidadãos do Município, em eleições regulamentadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e coordenadas por Comissão especialmente designada pelo mesmo Conselho.

Parágrafo único - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente composição de chapas, sua forma de registro, forma e prazo para impugnações, registro das candidaturas, processo eleitoral, proclamação dos eleitos e posse dos Conselheiros.

Art.23. O processo eleitoral de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares será presidido por Juiz Eleitoral e Fiscalizado por membro do Ministério Público.

### SEÇÃO IV

#### DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS

Art.24. O exercício efetivo da função de Conselheiro constituirá serviço relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum até julgamento definitivo.

Art.25. Na qualidade de membros eleitos por mandato, os Conselheiros não farão parte dos quadros de funcionários da administração Municipal, mas terão remuneração, se fixada em Lei.

### SEÇÃO V

#### DA PERDA DO MANDATO E DO IMPEDIMENTO DOS CONSELHEIROS

Art.26. Perderá o mandato o Conselheiro que for condenado por sentença irrecorrível, pela prática de crime ou contravenção.

Parágrafo único - Verificada a hipótese prevista neste artigo, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente



# Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223 - 85.740 - Pérola D'Oeste - PR

te declarará vago o posto de Conselheiro, dando posse imediata ao suplente.

Art.27. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendente e descendente, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Parágrafo único - Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca, Foro Regional ou Distrital local.

### TÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.28. As entidades não governamentais, deverão reunir-se em forum próprio para escolher seus representantes que, no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação da Lei, indicarão os membros efetivos e suplentes para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art.29. No prazo de 60 (sessenta) dias, os membros dos órgãos e Organizações a que se refere o art. 7º tomarão posse no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, data em que será instalado oficialmente.

Art.30. Após 90 (noventa) dias da instalação, os Conselheiros deverão elaborar o Regimento Interno e elegerem, entre seus pares, o Presidente e o Vice-Presidente e demais membros que se fizerem necessários, bem como seus suplentes.

Art.31. No prazo de 90 (noventa) dias, o Conselho Municipal receberá e aprovará as chapas que concorrerão à eleição para o Conselho (s) Tutelar (es) do Município.

§ 1º - A eleição será convocada para a data de 21 de abril de 1992 e será presidida por Juiz Eleitoral, com fiscalização do



# Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223 - 85.740 - Pérola D'Oeste - PR

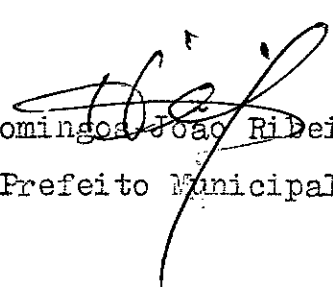
Ministério Público .

§ 2º.- Os membros eleitos serão proclamados e empossados imediatamente.

Art.32. Enquanto não instalados os Conselhos Tutelares, as atribuições a eles conferidas serão exercidas pela Autoridade Judiciária.

Art.33. Para cobertura das despesas decorrentes da instalação do Conselho Municipal de Saúde, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos próprios da dotação orçamentária do exercício de 1992.

Gabinete do Prefeito Municipal aos dezesseis dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e um.

  
Domingos João Ribeiro  
Prefeito Municipal

\* REVOGADOS (OE) ARTIGOS  
21 A 27 PELA LEI Nº  
263/2001 DE 20.08.2001

PUBLICADO  
JORNAL: 12 Trombeta  
EDIÇÃO: 144 PÁG.         
DATA: 27.12.31